



ANEXO II

MINUTA CONTRATUAL N° /2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PRATA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça XV de novembro, nº35, centro, Prata-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 22.236.517/0001-17, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Presidente, Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e do outro lado, doravante denominada **CONTRATADA** a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com sede na rua _____, n.º _____, Bairro: _____, cidade _____ neste ato, representado pelo Sr. _____, portador do CPF nº _____, nos termos da Lei 14.133/21, que rege o presente, e em obediência ao **PROCESSO: 034/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO nº 90.004/2026**, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se subsidiariamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos, e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, **RESOLVEM**, celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – VINCULAÇÃO AO ATO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

A contratação é decorrente do **PROCESSO: 034/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO nº 90.004/2026**, sendo regida em obediência a Lei nº 14.133/2021, com ênfase em seus artigos 17 que trata sobre o rito procedimental comum de processos licitatório e art. 29 que trata do Pregão como processo licitatório quando o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Este contrato é lavrado com vinculação ao termo de referência. E o ato da contratação foi ratificada e homologada pela autoridade competente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato será regido pelas cláusulas aqui dispostas a teor do artigo 92, da lei 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público podendo ser aplicados, em casos omissos, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, os princípios gerais de Direito Administrativo e disposições de direito privado em benefício do interesse público.



CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

Aquisição de materiais de consumo visando atender às necessidades operacionais dos diversos setores da Câmara Municipal do Prata-MG.

Os itens desta contratação serão divididos em grupos, conforme tabela abaixo:

Grupo	Item	CATMAT	Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
1	1	459429	Caixa para arquivo morto; papelão ondulado; duplex; kraft; duas ondas; desmontável; cor parda; medidas aproximadas com diferença aceitável de um centímetro (Comprimento X Largura x Altura) 41x18x30cm.	pacote 10 unidades	4		
	2	462557	Caixa para arquivo morto; papelão ondulado; duplex; kraft; duas ondas; desmontável; cor parda; medidas aproximadas com diferença aceitável de um centímetro (Comprimento X Largura x Altura) 36x14x24cm.	pacote 10 unidades	2		
	3	295478	Caneta marca texto amarela.	unidade	50		
	4	478199	Cola branca; líquida; base água; lavável; atóxica.	embalagem 100g	20		
	5	254199	Papel sulfite A4; gramatura 75g/m²; 210 x 297mm.	pacote 500 folhas	140		
	6	413182	Goma elástica; nº18.	pacote 500 unidades	2		
	7	616535	Organizador de documentos para mesa de escritório; 3 bandejas; material acrílico; medidas aproximadas com diferença aceitável de três centímetros (Comp. X Larg x Altura entre bandejas) 33 X 29 X 12cm.	unidade	20		
	8	434564	Pasta classificadora com trilho; material cartão duplo; cor cinza; com impressão na capa; grampo plástico branco; medidas aproximadas com diferença aceitável de um centímetro 350x230mm.	unidade	300		
	9	303762	Régua transparente 30cm.	unidade	20		
2	10	310507	Água Sanitária; com registro no ministério da saúde/ ANVISA.	galão de 2 litros	30		
	11	391358	Anti-mofo desumidificador; recipiente de 180g a 230g.	unidade	150		
	12	446101	Desentupidor para pia; borracha flexível; tipo sanfonado.	unidade	2		



	13	630559	Desinfetante líquido; princípio ativo: Cloreto Alquil Dimetil Benzil Amônio; aroma Floral; com registro no ministério da saúde/ ANVISA.	galão de 2 litros	50		
	14	261168	Desodorizador de ambiente aerosol.	frasco 360ml	24		
	15	386806	Detergente lava louças; líquido; neutro; com registro no ministério da saúde / ANVISA.	frasco 500ml	60		
	16	453077	Difusor aromatizador de ambientes de varetas; com 5 varetas; fragrâncias diversas.	frasco 250 ml	60		
	17	331870	Escova sanitária reforçada; com base; aplicação: limpeza de vaso sanitário.	unidade	6		
	18	415081	Ralo de pia; (diâmetro ralo , diâmetro suporte, profundidade) 5,6 x 9 x 2,1cm; metal inox cromado.	unidade	6		
	19	438555	Rodo 60 cm linha industrial	unidade	6		
	20	255136	Sabão em pó; biodegradável; registro no ministério da saúde/ ANVISA.	pacote de 1kg	12		
	21	428071	Sabonete líquido para higienização das mãos; com emolientes; com fragrância.	galão 5 litros	4		
	22	470833	Saco plástico para lixo 100 litros;	pacote com 100 unidades	15		
	23	443004	Papel higiênico rolo industrial (rolão); folha dupla extra macia.	unidade	50		
	24	481231	Papel toalha interfolhado para banheiro; branco; folha dupla, medidas aproximadas com diferença aceitável de dois centímetros 20x21cm.	pacote 1000 folhas	100		
3	25	455723	Mangueira de jardim; trançada; 3 camadas; 1/2"	unidade de 30m	1		
	26	266372	Papel toalha multiuso; com 50 toalhas; 20,5x19cm; branco.	pacote 2 rolos	215		
	27	618274	Filtro de papel para café nº103	caixa 30 unidades	60		
	28	481295	Copo descartável 200ml	caixa 2.500 unidades	15		
	30	277709	Agenda Executiva Personalizada; tipo anual; ano 2026; visualização de 1 dia por página; capa dura; calendário; dimensões mínimas 145x200mm; mínimo 190 folhas. (a arte para impressão da capa será enviada após a assinatura do contrato).	unidade	50		
	32	463697	Azeite de oliva; extravirgem.	frasco 500ml	6		

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E REAJUSTE



O preço para a execução do objeto deste contrato é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE, cujo valor global estimado a ser pago será de R\$ _____ (_____).

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 05/03/2026.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor-IBGE acumulado de um ano, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal eletrônica/ fatura com código de barra emitida pela CONTRATADA. Após a apresentação desses documentos a secretaria contábil do Poder Legislativo em até 5 (cinco dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pelo órgão contratante e então a administração poderá efetuar o pagamento em até 5 (cinco) dias úteis a contar da liquidação da despesa e consequente assinatura da ordem de pagamento pela autoridade competente.

A CONTRATADA deverá manter como condição para pagamento, a efetiva execução do objeto com as devidas exigências. Quaisquer pagamentos não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação/concordância da perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO



O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho. Para os itens de fornecimento continuado será emitida uma Nota de Empenho para cada ano de contrato.

O prazo de entrega do item 30 é de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da arte para personalização da capa.

Os bens deverão ser entregues no Anexo da Câmara Municipal do Prata-MG, no seguinte endereço: Praça XV de Novembro, nº 321 – Centro, Prata-MG, CEP: 38140-000.

No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

Os serviços prestados em desconformidade serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema de imediato, podendo ensejar a revogação do contrato e aplicação das sanções legais previstas na lei 14.133/2021 caso o problema não seja sanado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de **05 (cinco) anos** contados da **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Para todos os efeitos legais a Câmara Municipal do Prata, assim como propõe a Lei Federal nº 14.133/2021, Capítulo V, passa a tratar de maneira certa e distinta os prazos de Vencimento: Vigência e Execução. O prazo de Vigência deste instrumento contratual será de 5 (cinco) anos contados a partir da data da assinatura do mesmo.

O prazo de Execução será sempre até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. A Renovação do prazo de Execução se dará por ato simples do Presidente eleito na Reunião da Comissão de Transição, sendo registrado e validado através da Ata da respectiva reunião.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas em relação à aquisição dos itens do presente contrato, correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2026:

I) 01.01.01.031.0001.2001.3.3.90.30.00 – Material de Consumo.



CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do setor de almoxarifado e patrimônio, da Câmara Municipal de Prata, a qual caberá verificar se o objeto, atende a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para o fiel fornecimento do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE

Constituem direito da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados. Os direitos das partes encontram-se inseridos na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor e, supletivamente, no Código Civil Brasileiro. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) fornecer o objeto do contrato de forma contínua durante o período contratado, a partir da implantação;
- b) atender aos encargos decorrentes da execução do presente contrato;
- c) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- d) responder pelos vícios da execução do objeto, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Câmara isenta de quaisquer responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -DAS PENALIDADES

Conforme o art.115-“ O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei”. Por isso, cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Logo, o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações cometidas, em observância ao artigo 155 da lei 14.133/2021:

Em obediência ao artigo 156, da Lei nº14.133/2021, seguem as sanções a serem aplicadas:

- a) **Advertência** será aplicada se houver a inexecução parcial do contrato ou quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) **Multa** de 10% (dez por cento) será aplicada ao responsável por infrações administrativas previstas qualquer dos incisos do art.155 da lei 14.133/2021
- c) **Impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII ao XII do art. 155 desta Lei. E poderá ser aplicada essa sanção a quem infringir administrativamente os incisos II ao VII, quando houver justificativa de imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do artigo 156. Logo, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. Em casos omissos deve-se observar o artigo 156 da lei 14.133/2021 e /ou a referida lei em sua totalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, o contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 137 ao 139 e dos artigos 147 ao 150 da Lei nº14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA -DO REGIME JURÍDICO E DA PUBLICAÇÃO

O regime jurídico dos contratos deve observar a lei 14.133/2021. Nesse contexto, confere à administração as prerrogativas previstas no artigo 104 da referida lei.

O extrato do presente contrato será publicado por conta da CONTRATANTE, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 72 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ANÁLISE DE RISCOS

A controladoria interna, juntamente com a Diretora Administrativa da Câmara Municipal do Prata – MG, encontraram risco baixo, não havendo necessidade da empresa fornecer garantias contratuais, pois os valores elencados não geram impacto expressivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Prata-MG, com renúncia a qualquer outro, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

Assim, as partes estão justas e acordadas. Por isso, firmam o presente instrumento, rubricando-o em todas as suas laudas, em (duas) vias de igual teor e forma, diante de 02 (duas) testemunhas.

Prata, ____ de ____ de 2026.

Presidente da Câmara Municipal de Prata – MG

Sócio/adm. da empresa